



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COMANP

Conforme *documento nº 1760277*, temos que:

- **Proposta 01 - Edificação existente (Reforma):**

Não foi possível naquele momento à SEPROB identificar a localização do imóvel; consta informação de que o local não é atendido por transporte coletivo municipal, não estando adequado em termos de acessibilidade e ergonomia;

- **Proposta 02 - Edificação existente (Reforma):**

Foi avaliado que atualmente o imóvel não atende à NBR9050:2020 sob diversos aspectos, com a presença de desníveis internos e piso tátil instalado incorretamente. Além disso, o imóvel ofertado não estaria localizado em pavimento térreo e não possuiria elevador, não sendo possível também avaliar as demais características apontadas no item 3.1.10 do Anexo II.

- **Proposta 03 - Terreno (Construção):**

Foi avaliado que o imóvel não atenderia à NBR9050:2020, pela inexistência de sanitário acessível para cada sexo, com acesso independente, tendo sido identificado um desnível de 50 cm do pavimento térreo em relação ao nível do passeio. Também foi apontado falta de sinalização visual, rota acessível, etc..., não sendo possível identificar as características exigidas no item 3.1.10 do Anexo II; no tocante à ergonomia, o imóvel não apresentaria as condições ideais.

Considerados os apontamentos da SEPROB (1760277), é importante dizer que o procedimento em si tem por objetivo a seleção de imóveis (terreno ou prédio existente), segundo a proposta mais vantajosa para a Administração e de acordo com critérios pré-definidos em edital, para posterior construção (terreno) ou reforma (imóvel existente). Nesse cenário, ponderamos que nesta fase pode ser *precoce* uma avaliação técnica *conclusiva* acerca da adequabilidade dos imóveis apresentados uma vez que, somente após toda a fase de elaboração e ajustes dos projetos o imóvel selecionado poderá ser declarado *apto e plenamente adaptado* às normas técnicas vigentes, inclusive *ergonomia e acessibilidade*.

À ASSED.



Documento assinado eletronicamente por **Maxwell Mascarenhas dos Anjos, Coordenador**, em 08/11/2021, às 20:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1764646** e o código CRC **3C10257C**.

0014515-20.2021.6.05.8000

1764646v11